Instituto da Brasilidade

Seminários da Brasilidade: Infraestrutura de Comunicação e Mídia

Resultados da Privatização das Telecomunicações e Perspectivas

Marcio Patusco Lana Lobo
Clube de Engenharia
Maio de 2019

Conteúdo

- Regulamentação
- Entidades responsáveis
- Desnacionalização do setor
- Prestadores de Serviço
- Indicadores internacionais
- Telefonia Fixa
- Telefonia móvel
- Banda Larga
- Satélite
- Propostas

Período pré-privatização

- Constituição Federal de 88, art. 21, ratifica monopólio da União
- Serviços de telecomunicações são públicos prestados por empresas estatais
- Movimentos à globalização promovidos por Tatcher/Reagan: neoliberalismo
- Emenda Constitucional 8/95 (FHC): " ...explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão... "
  → quebra do monopólio da União e Criação de um Órgão Regulador
- Aumento das tarifas de telefonia: "alinhamento internacional"
- Críticas à modelagem brasileira: venda do controle de todas as empresas

Lei Geral de Telecomunicações LGT

- 1997 o Congresso Nacional aprova a Lei Geral das Telecomunicações LGT (Lei nº 9.472) e as linhas gerais da privatização

- Quanto ao regime de prestação: serviço público e serviço privado

- Serviço público: obrigações de universalização, modicidade tarifária e continuidade do serviço

- No serviço público, a infraestrutura que o suporta volta à União no final do contrato : bens reversíveis → 2025

- O Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC – foi escolhido como serviço público

Políticas Públicas - Minicom

- Ministério das Comunicações (Minicom)como responsável pela elaboração das políticas públicas e Anatel pelas suas implementações e fiscalizações das PP
- Frequente desencontro de iniciativas entre o Minicom e a Anatel (a mais recente no PGMU 4 sobre inclusão do 4G)
- Resistência às mudanças
- Conferência de Comunicações em 2009
- PNBL em 2010
- Críticas do TCU: " cada projeto do Ministério não vem acompanhado de meios que possibilitem o acompanhamento dos objetivos e finalidades que estabeleceu, tais como metas, estratégias ações, prazos, indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação que propiciem o alcance da universalização da banda larga"
- Inexistência de planejamento integrado

Implem. e Fiscalização - Anatel

- Falhas em gerência e controle
- Inexistência de fiscalização contábil ao subsídio cruzado proibido pela LGT
- Irresponsabilidade no controle dos bens reversíveis
- PGMUs contestados pela sociedade e pelas empresas operadoras
- Fust contingenciado seguidamente para formação de superávits primários
- Multas exageradas, que apenas 8% são efetivamente pagas

Indústria e P&D

- Cadeia produtiva nacional do setor foi desmantelada

1988: 77%
1998: 41,5%
Atual: < 3%
} Fornecimentos ao mercado interno

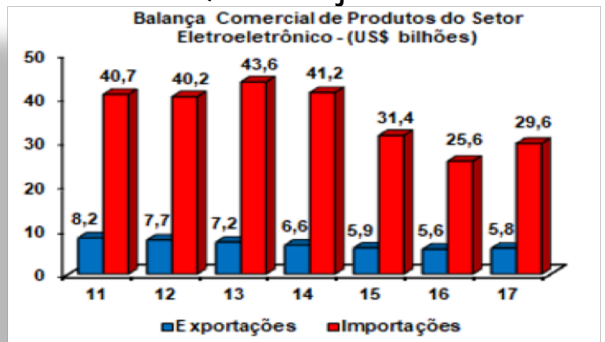
- CPqD, o mais avançado centro de P&D fora do eixo EUA, Japão, Europa, se tornou uma fundação de direito privado, com mudança de perfil e demissões, e hoje se transformou numa consultoria

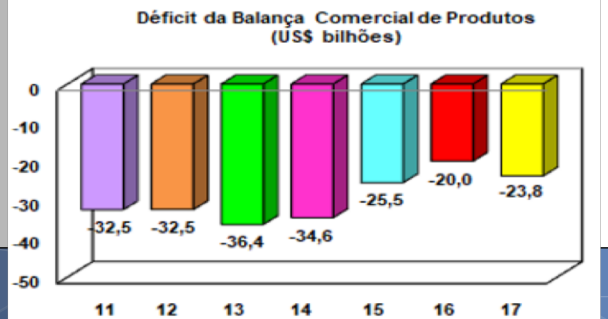
- Balança comercial anual de eletroeletrônicos acumula déficits seguidos.

- Equipamentos de telecomunica-ções seguem mesmo padrão

US$ milhões	2015	2016	2017
Exp.	224	199	229
Imp.	1.952	1.808	2.092
Saldo	-1.728	-1.609	-1.853

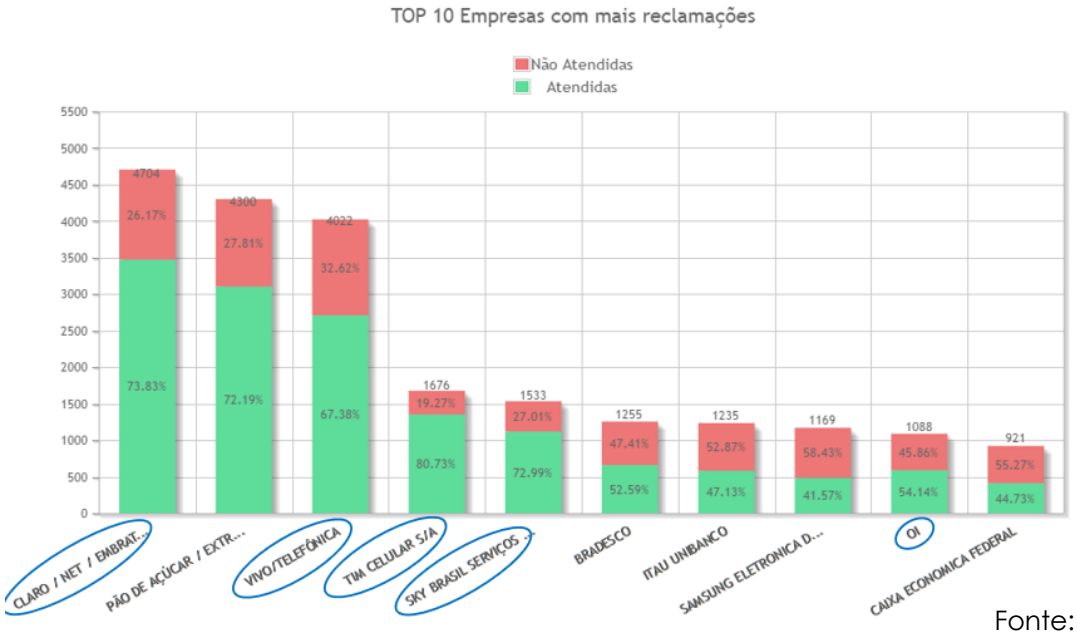
Fonte: Abinee





Provedores de Serviços

- Consolidação após os leilões da privatização:
  4 grandes grupos: - Vivo/Telefônica
  - Claro/Embratel/Net
  - Tim
  - Oi
- ISPs: cerca de 6.000 provedores de internet
- Operadoras são líderes de reclamações em órgãos de defesa do consumidor:



Fonte: Procon São Paulo 2016

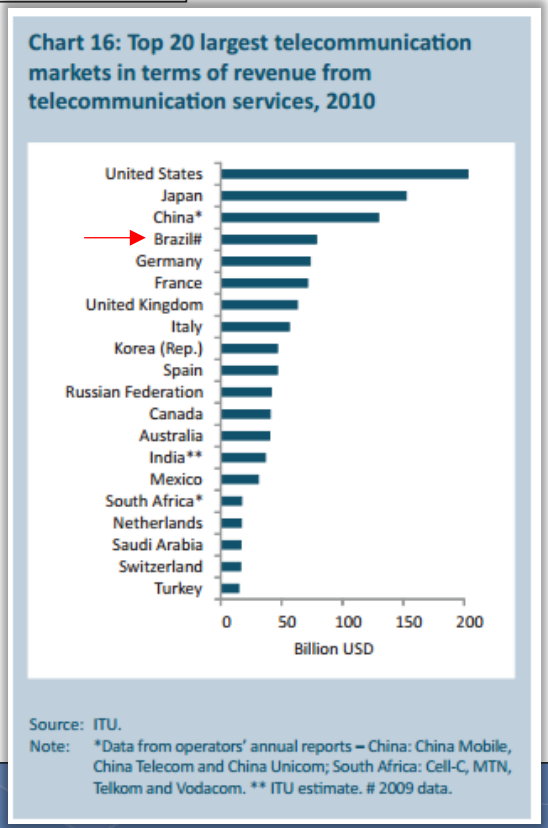
Provedores de serviços (cont.)

- Receita bruta de telecomunicações:

Ano	Receita Bruta em Bilhões de Reais
2014	240
2015	238
2016	231
2017	233

Fonte : Teleco

- Em 2010 o Brasil era o 4º maior mercado de telecomunicações do mundo em receitas de serviços



Fonte: UIT

Provedores de serviços (cont.)

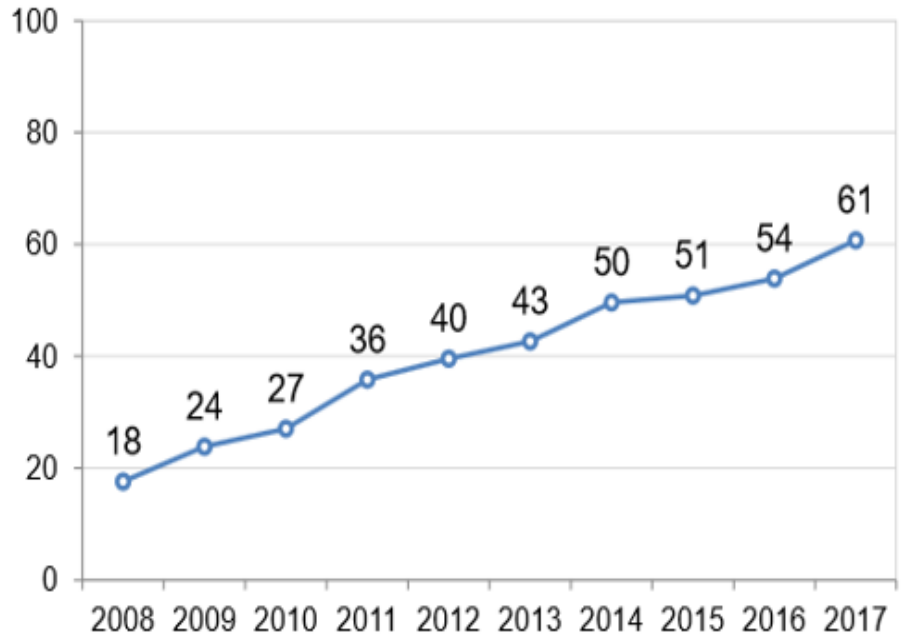
- Oi em Recuperação Judicial
- Dívida de cerca de 62 bilhões de reais
- Após muitas tentativas frustradas transformaram dívidas de "bonds" vendidos em mercados internacionais em ações com deságio
- Dívida de multas com a Anatel permanece
- Consolidação dos novos sócios em andamento
- Possibilidade de vinda de chineses
- Vantagem no leilão de sobras em 700 MHz
- 5g ?

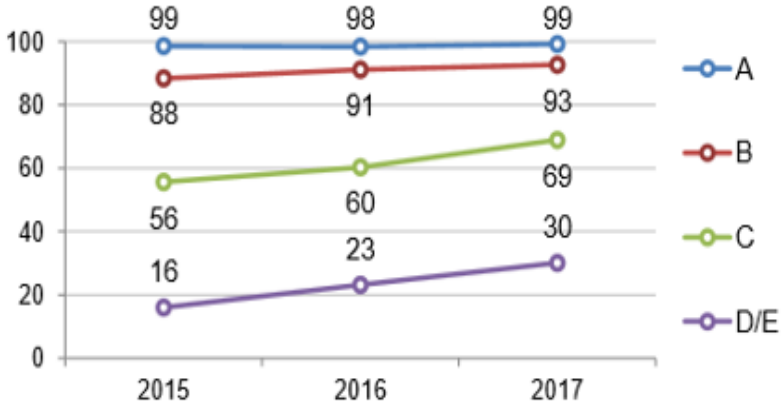
Indicadores

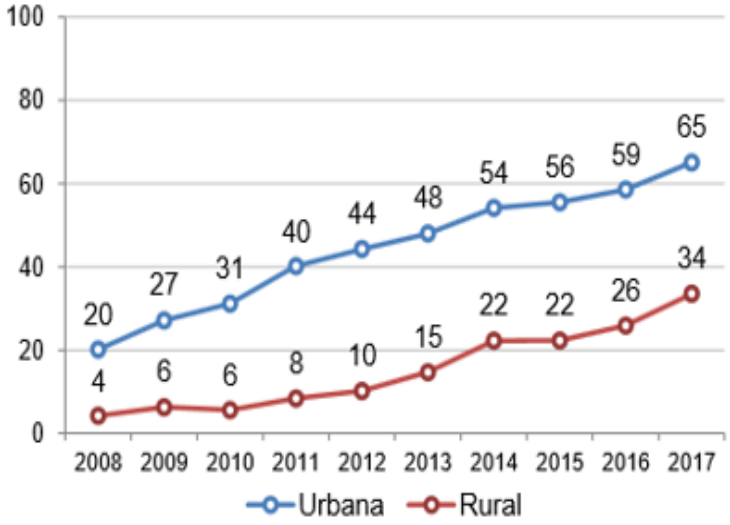
- FMI: PIB do Brasil = 9º
- UIT: índice de implementação de TICs = 66º
  [Fonte: Measuring The Information Society Report 2017]
- World Economic Forum: implementação de redes = 72º
  [Fonte: The Global Information Technology Report 2016]
- Akamai: velocidade de BL = 79º, abaixo da média mundial
  [Fonte: The State of the Internet Q1 2017 Report]
- CGI.br: TIC domicílios = 39% não atendidos, cerca de 26 milhões
  [Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2017 do CGI.br]
- Anatel: competição em BL = apenas em 2,55% dos municípios
  [Fonte: Relatório Anatel de 20/10/2016]]
- Desigualdades regionais em BL: atendimento SE= 64%, NE= 40%
  [Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2017 do CGI.br]

Situação (cont.)

Atendimento de domicílios Brasil







Cerca de 27 milhões de domicílios (39%) não atendidos

Fonte: CGI.br

Universalização da telefonia fixa

Densidade de telefones fixos/100 habitantes:

Brasil = 19,4

Canadá = 41,8
França = 60,3
Alemanha = 53,8
Japão = 50,2
Inglaterra = 50,9
EUA = 37,7
⋮

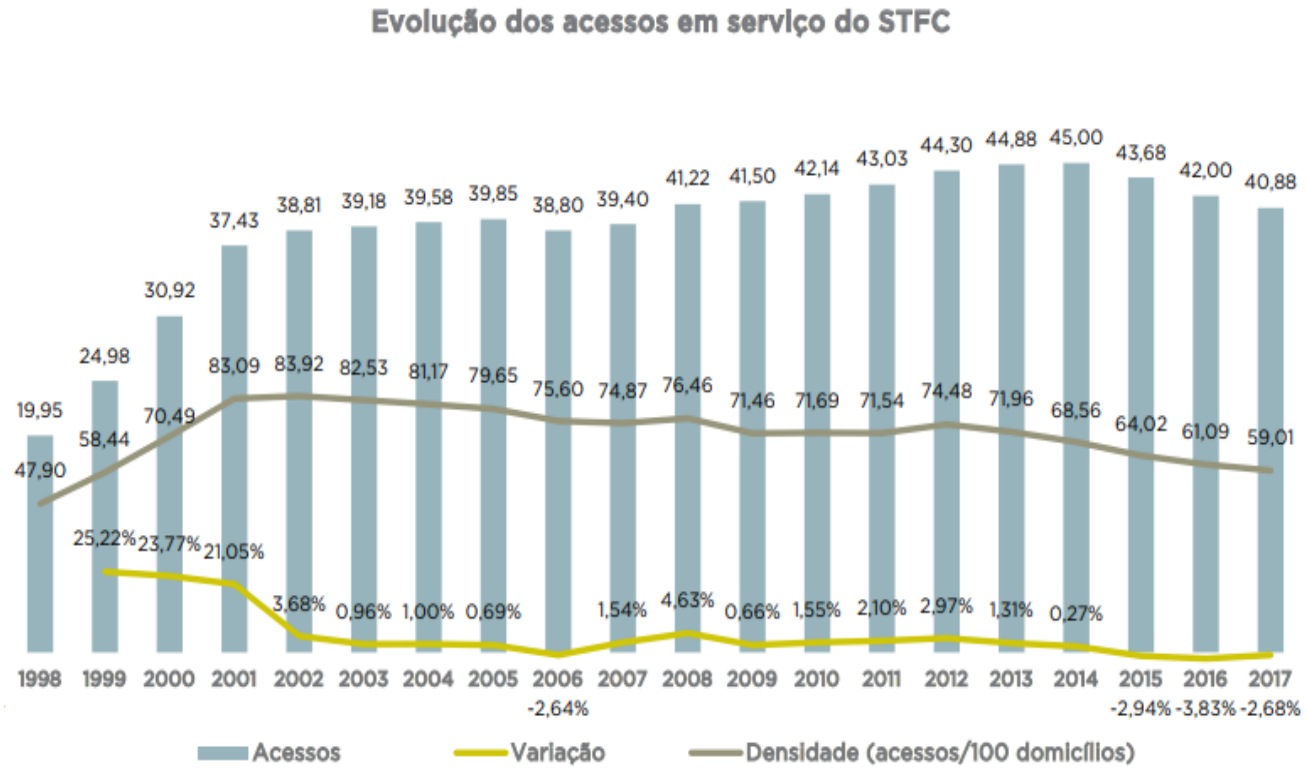
Serviço dominado por duas concessionárias (Telefônica e Oi) e por uma autorizada (Net, Claro, Embratel)

Com o valor da assinatura básica da telefonia fixa no Brasil, a demanda não se manifestou e a universalização do serviço não foi atingida.

Competição com outros serviços (celular, whatsapp...)

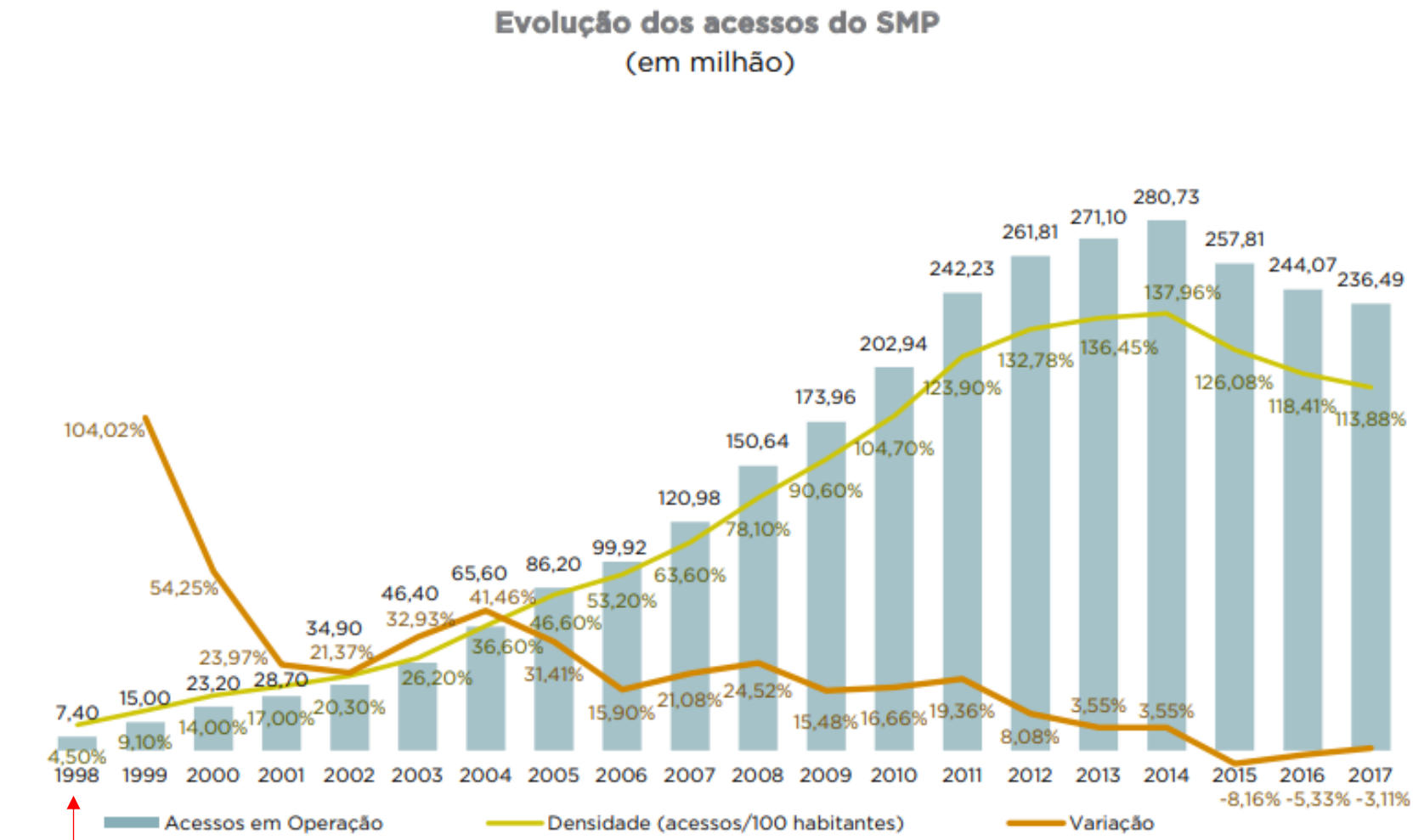
Telefonia Fixa - STFC

Ao STFC, como serviço prestado em regime público, A LGT impôs regras na utilização de todos os bens, chamados de bens reversíveis (a infraestrutura básica composta de centrais, fibras óticas, rádios, prédios e sistemas), necessários à prestação do serviço pelas concessionárias.



Fonte: Anatel

Telefonia móvel - SMP

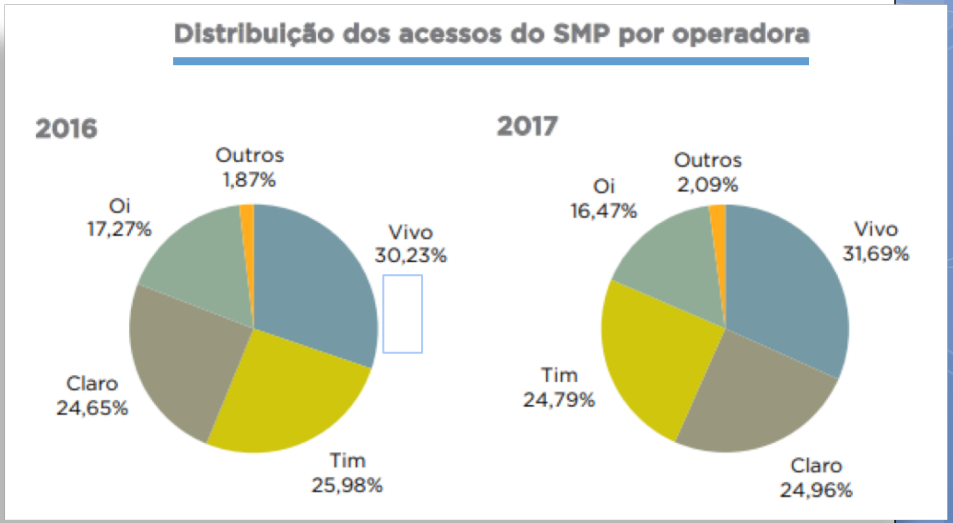


Privatização

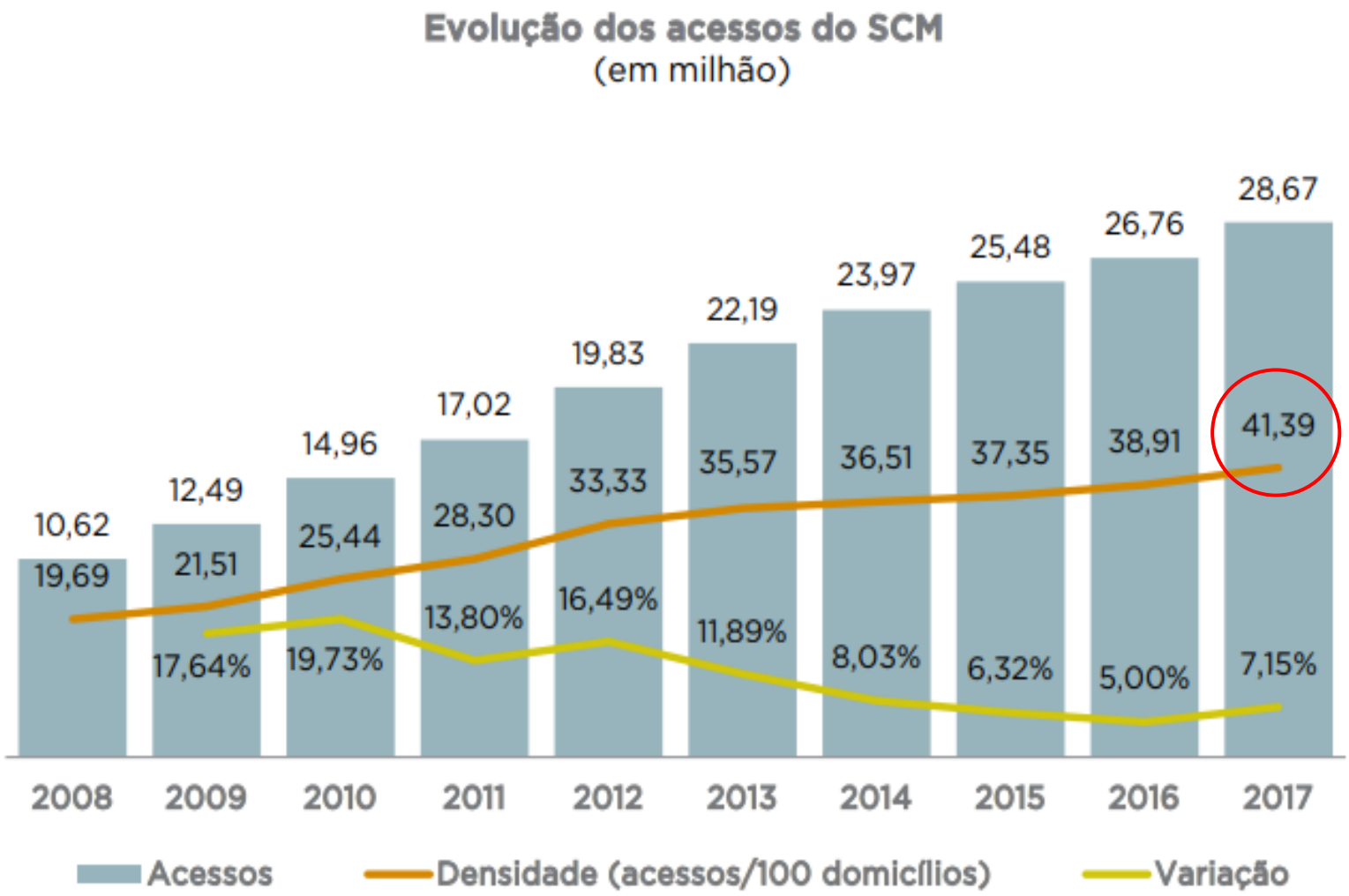
Fonte: Anatel

Telefonia móvel - SMP

- Incipiente na época da privatização
- Serviço prestado em regime privado
- Crescimento acentuado em todo o mundo
- Celular como central de aplicativos
- 4 grandes dominam o mercado: Vivo/Telefônica
  Claro/Embratel/Net
  Tim
  Oi
- 60% dos planos são pré-pagos
  → controle de gastos



Banda Larga Fixa - SCM

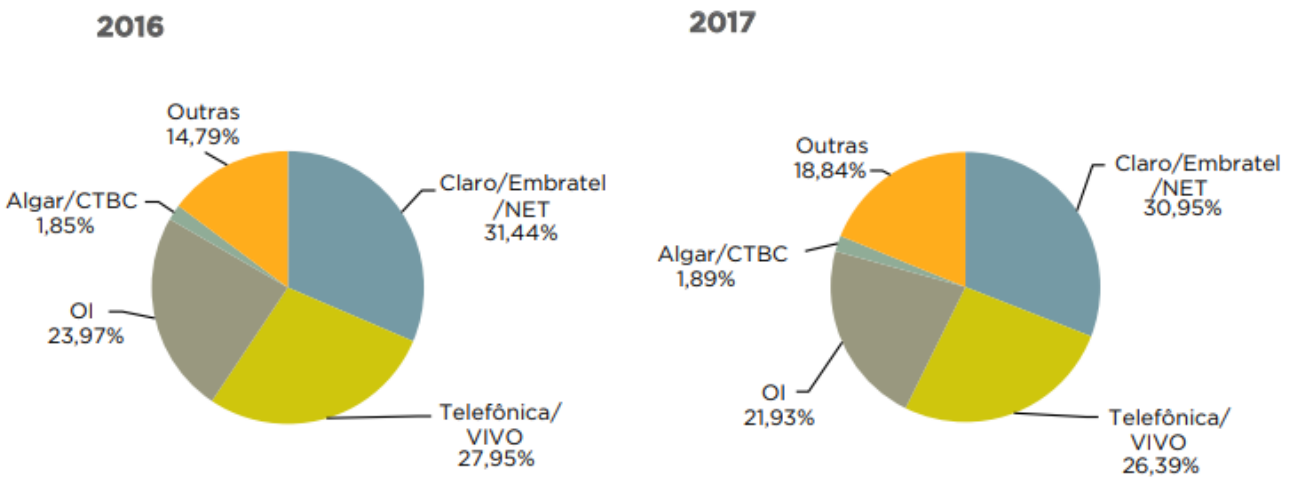


Fonte: Anatel

Banda Larga Fixa - SCM

- Cerca de 27 milhões de domicílios não atendidos
- Classes C,D e E, e áreas rurais concentram o não atendimento
- Competição não se estabeleceu
- Desigualdades regionais existem

Distribuição das acessos do SCM por prestadora

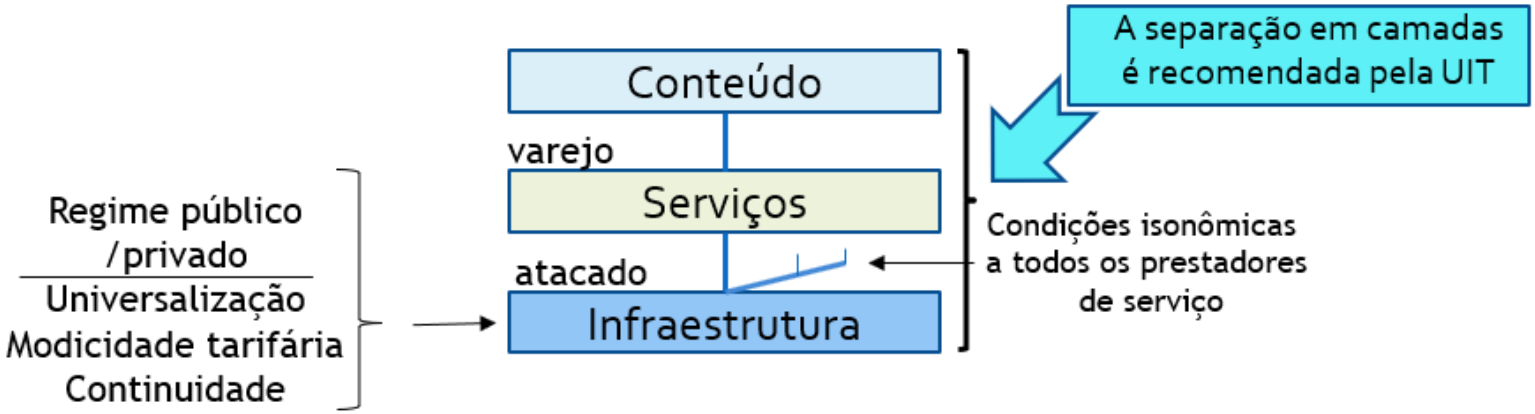


Fonte: Anatel

Banda Larga Fixa - SCM

- Em 2013, entidades da sociedade civil, reunidas na campanha "Banda Larga é um direito seu!" apresentaram proposta ao Ministério das Comunicações e Anatel.

- A proposta faz uma separação da camada de infraestrutura (atacado) com a camada de serviços (varejo), atribuindo a possibilidade de também se ter regime público na camada de infraestrutura. Estas separações vem sendo realizadas por diversos países pela facilidade de controle de obrigações e estímulo à competição.



- Viria também facilitar o emprego dos Fundos Setoriais e participação dos provedores de internet de todo o país na universalização da Banda Larga.

O PLC 79/2016

- PLC 79/2016: está em discussão no Senado Federal

  - Acaba com as concessões do STFC

  - Entre outros equívocos, transfere os bens reversíveis, que não se sabe o seu real valor, às atuais concessionárias sem compromissos claros de contrapartidas para BL

  - Faz renovações automáticas de frequências e de posições orbitais brasileiras em favor dos atuais detentores

  - 16 emendas de parlamentares ao PLC podem fazê-lo voltar à Câmara

  - Grandes riscos de judicialização por aqueles que se julguem prejudicados pela não existência de licitações

Satélites

- Na época estatal a Embratel chegou a ter 5 satélites domésticos
- Até 2017 existiam cerca de 60 satélites prestando serviços no Brasil. Nenhum genuinamente nacional
- Em 2013 Edward Snowden revela os casos de espionagem por parte da NSA
- É concebido pela Telebrás o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações – SGDC. Seu projeto contempla atividades militares, atendimento social e de segurança, e a integração de órgãos de governo, escolas, postos de saúde, de fronteira e comunidades sem atendimento de internet
- Mudança do projeto em 2016, para a venda da capacidade do satélite para a iniciativa privada.
- Telebras e a americana ViaSat fecham acordo, contestado na justiça pela empresa manauara Via Direta e pelo SindTelebrasil
- Judicialização em andamento

Propostas adicionais

- Estabelecimento de política industrial e de incentivo à indústria nacional envolvendo Ministérios, Legislativo, Anatel, Academia, Entidades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e sociedade civil que a torne mais participativa e competitiva no desenvolvimento nacional do setor

- Aplicação efetiva dos fundos setoriais (Fust, Funttel e Fistel) nas finalidades para as quais foram criados, sem contingenciamentos

- Manter serviços essenciais à sociedade mediante concessão de forma dar ao poder concedente possibilidade de exigências de conteúdo nacional na forma do art. 78 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT

- Fomentar com recursos do Funttel entidades de P&D nos moldes do CPqD para dar suporte ao surgimento de novas indústrias, conforme estabelecido no Art. 190 da LGT

- Estabelecer um plano de implementação de políticas públicas na prestação dos serviços que implique na universalização do acesso, modicidade tarifária e que garanta a continuidade dos serviços, como descrito no regime público da LGT

- Definição de metas que visem a diminuição das disparidades regionais e sociais de atendimento

- Incentivar mecanismos de aquisição de equipamentos e sistemas no mercado nacional pela Telebrás nos moldes estabelecidos pelo Plano Nacional de Banda Larga

Propostas adicionais

- **Estímulo à participação dos pequenos provedores na prestação de serviços diversificando as possibilidades de atendimento**

- **Determinar um melhor controle dos parâmetros de qualidade dos serviços**

- **Manter a guarda e segurança pelo Estado da prestação de serviços na Amazônia, inclusive pelo satélite da Telebrás, de maneira a manter a soberania nacional na região**

- **Manter sob estrito controle da União a infraestrutura de telecomunicações nacional representada por bens reversíveis, espectro de frequências e posições orbitais de satélites, em contraposição às propostas no bojo do PLC 79/2016 em tramitação no Congresso Nacional**

- **Estabelecer via Legislativo, para empresas que prestem serviços essenciais à população, uma forma de controle de envio de lucros às matrizes, quando o serviço estiver abaixo dos níveis de qualidade exigidos, mensurados por órgãos de defesa do consumidor**

Obrigado !

Entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1880 e desde 1927 considerada de utilidade pública